Nota sobre a Proteção dos Dados Pessoais

Introdução ao Sistema de Denúncia de Irregularidades da NTT DATA EMEAL

Esta mensagem lhe fornecerá informações sobre como seus Dados Pessoais serão processados por meio do Sistema de Denúncia de Irregularidades da NTT DATA EMEAL. A Finalidade do Sistema de Denúncia de Irregularidades é lhe fornecer um canal confidencial para denunciar (anonimamente, se preferir) os fatos e outras circunstâncias listados no parágrafo 2 abaixo.

Controlador	NTT DATA Europe & LATAM S.L.U. (juntamente com cada uma das suas Afiliadas conforme estabelecido no Anexo 1), como uma das Sub-holdings Regionais da NTT DATA Corp., com ações cotadas no Japão. A NTT DATA Europe & LATAM S.L.U., por sua vez, possui e/ou controla Afiliadas registradas dentro e fora do Espaço Econômico Europeu.
Finalidade	Tratar denúncias de irregularidades que afetem a NTT DATA Europe & LATAM S.L.U. e/ou qualquer uma das suas Afiliadas listadas no Anexo 1
Bases Legais	Cumprimento das obrigações legais e do interesse público, como melhor especificado no Anexo 2
Processador	Cuatrecasas, Gonçalves Pereira, S.L.P., assim como o prestador de serviços de hospedagem e o fornecedor do canal, além de outros terceiros contratados pela Cuatrecasas, dependendo do caso, para fins de prestação de serviços (por ex., tradutor etc.)
Direitos	Acesso, retificação, exclusão e outros direitos
Dados Pessoais processados	Entre os Dados Pessoais que você pode decidir fornecer a este sistema de denúncia de irregularidades, estão: (a) nome completo; (b) Dados Pessoais de terceiros derivados dos fatos descritos por você na sua denúncia; (c) outras eventuais informações que você decidir, por si mesmo, fornecer na denúncia, no primeiro estágio de preenchimento, caso deseje integrar sua denúncia já enviada ou conforme for convidado a fazê-lo posteriormente pela Cuatrecasas, de modo a nos fornecer um melhor conhecimento do caso e para realizarmos a avaliação apropriada e/ou necessária dos fatos.

1. Quem é o Controlador do processamento dos Dados Pessoais?

Identidade: NTT DATA Europe & LATAM S.L.U. (doravante a “Empresa” ou “NTT DATA EMEAL”; a NTT DATA EMEAL e Afiliadas serão doravante denominadas “NTT DATA EMEAL Group”).
CIF: B-82387770
Endereço: Camino Fuente de la Mora 1, Madri, Espanha
Telefone: 917490000
E-mail: emeal.data.protection@nttdata.com
DPO: emeal.data.protection@nttdata.com

2. Qual é a finalidade do processamento dos Dados Pessoais por nós?

A finalidade do processamento dos Dados Pessoais é (A) tratar as denúncias de irregularidades que afetam a NTT DATA EMEAL e/ou sua(s) Afiliada(s) por (i) eventuais violações dos Valores do NTT DATA EMEAL Group, dos princípios comportamentais e das diretrizes para os funcionários inclusos no nosso Código de Conduta, bem como nas nossas políticas e regulamentos internos, (ii) eventuais infrações das regras, princípios e diretrizes do Código de Conduta e da Governança da NTT DATA EMEAL Foundation, (iii) eventuais infrações da legislação em vigor, (iv) eventuais casos que possam implicar um risco para os negócios e a reputação de qualquer entidade do NTT DATA EMEAL Group ou da Foundation, (v) eventuais

condutas consideradas geradoras de conflito ético, (vi) qualquer outro fato ou circunstância que possa resultar em um risco relevante para a Empresa NTT DATA EMEAL.

Sua denúncia de irregularidade nos ajudará a realizar as avaliações necessárias sobre os fatos conforme notificados e as investigações internas e, então, a tomar as decisões e as medidas apropriadas, inclusive ações disciplinares, se for o caso, contra o funcionário denunciado por você, na medida do que é aplicável, como resultado da investigação e das leis aplicáveis.

A NTT DATA EMEAL também informa que você pode enviar sua Denúncia em duas maneiras diferentes: (A) identificando-se (*Denúncia Aberta*), ou (B) mantendo o anonimato (*Denúncia Anônima*), caso em que não é solicitado que você forneça seus Dados Pessoais. Encorajamos você a se identificar no Sistema de Denúncia de Irregularidades, para nos ajudar a melhor realizar investigações eficientes.

Os Dados Pessoais serão processados mantendo-se a mais rigorosa confidencialidade possível, e não serão utilizados para fins diferentes daqueles aqui indicados. Caso você envie uma Denúncia Aberta, cada Afiliada definida no Anexo 2 assegurará a proteção da confidencialidade das informações contidas na denúncia de irregularidade, bem como o seu anonimato.

3. A quem os Dados Pessoais serão divulgados?

Seus Dados Pessoais podem ser divulgados a empresas que fazem parte do NTT DATA EMAL Group, para a realização, conforme for necessário, das avaliações e investigações internas adequadas e para a tomada das decisões apropriadas, incluindo medidas disciplinares; algumas dessas empresas se encontram em países fora do Espaço Econômico Europeu que não foram declarados como tendo um nível adequado de proteção dos dados pessoais. Você pode consultar o nome e a sede das empresas do NTT DATA EMEAL Group a pedido, enviando um e-mail para emeal.data.protection@nttdata.com.

Além disso, podemos (a) compartilhar seus Dados Pessoais com consultores externos, se necessário, contratados para assegurar uma investigação justa e adequada, e/ou (b) precisar compartilhar seus Dados Pessoais com as autoridades locais, se isso for obrigatório segundo as leis aplicáveis.

A NTT DATA EMEAL assegura a você que, quando os Dados Pessoais forem transferidos para fora do Espaço Econômico Europeu, será mantido o mesmo nível de proteção, com base na conformidade com as disposições do Regulamento de Proteção de Dados Pessoais europeu. Do mesmo modo, as transferências internacionais de dados serão realizadas (i) para países que a Comissão Europeia tiver declarado como tendo um nível adequado de proteção, (ii) com base no fornecimento de garantias adequadas, como termos contratuais padrão ou normas corporativas relacionadas, ou (iii) de acordo com a autorização da autoridade de supervisão competente ou com outras condições impostas pelo Regulamento de Proteção dos Dados Pessoais aplicável.

Seus Dados Pessoais também serão divulgados para a Cuatrecasas, Gonçalves Pereira, S.L.P., que, nos termos do compromisso de sigilo profissional, (i) mantém sua identidade protegida e assegura a confidencialidade, (ii) envia a você, dentro de 7 dias, uma confirmação de recebimento, (iii) pode solicitar que você esclareça ou complemente as informações apresentadas na denúncia de irregularidade, (iv) lhe dá um retorno sobre os progressos e os resultados da denúncia de irregularidade dentro de um período razoável de tempo, (v) envia uma avaliação preliminar do caso e sugere ações apenas para o Chief Compliance & Risk Officer e o Diretor de Auditoria Interna da NTT DATA EMEAL, para o cumprimento de suas obrigações profissionais e de acordo com os Princípios de Processamento aqui estabelecidos.

A Cuatrecasas atua como Processadora da gestão do Sistema de Denúncia de Irregularidades e denúncias relacionadas. Além disso, a Cuatrecasas pode atuar como Controladora Autônoma no fornecimento de uma avaliação preliminar do caso e de medidas recomendadas. Nestas últimas circunstâncias, entre em contato com data.protection.officer@cuatrecasas.com.

Seus Dados Pessoais são armazenados no sistema hospedado e gerenciado pela Business Keeper AG, que atua como Processadora. O sistema se localiza na Alemanha e não será transferido salvo se for concedida nossa autorização prévia. A Processadora implementou medidas técnicas e organizacionais adequadas para processar seus Dados Pessoais e assegurar sua confidencialidade, disponibilidade e integridade. Se tiver dúvidas sobre as medidas mencionadas, entre em contato com data.protection.officer@cuatrecasas.com com cópia para emeal.data.protection@nttdata.com.

A Cuatrecasas também pode divulgar seu Dados Pessoais a terceiros contratados para a prestação de serviços rigorosamente necessários para a Finalidade, como tradutores da denúncia. Entre em contato com data.protection.officer@cuatrecasas.com com cópia para emeal.data.protection@nttdata.com para solicitar a lista de terceiros.

Por fim, seus Dados Pessoais podem ser divulgados para a(s) Afiliada(s) relevante(s) da NTT DATA EMEAL como Controladora(s) conjunta(s), que, em colaboração com a NTT DATA EMEAL, pode(m) realizar a investigação e a avaliação internas necessárias e tomar as medidas disciplinares relevantes. Conforme exigido pelas leis aplicáveis, a NTT DATA EMAL atuará como ponto de contato em nome das controladoras conjuntas, assim, qualquer solicitação ou direito deve ser enviado ao endereço indicado abaixo, embora também possa ser exercido diante de qualquer outra controladora conjunta.

4. Quais são as bases legais para o processamentos dos Dados Pessoais?

As bases legais para o processamento dos seus Dados Pessoais são permitir que a NTT DATA EMEAL e/ou sua Afiliada relevante persiga um interesse legítimo (Interesse Legítimo), de modo a realizar investigações internas para proteger os interesses, os ativos, os acionistas, as partes interessadas, o prestígio e a reputação do NTT DATA EMEAL Group. Além disso, no Anexo 2 abaixo, podem ser encontradas as bases legais para quando, na sua denúncia de irregularidade, forem fornecidas categorias especiais de Dados Pessoais e/ou Dados Pessoais relativos a infrações e condenações penais.

O processamento dos seus Dados Pessoais é rigorosamente necessário para a gestão do Sistema de Denúncia de Irregularidades e o atendimento das obrigações legais acima mencionadas por parte do NTT DATA EMEAL Group. Em nenhuma circunstância o NTT DATA EMEAL Group tomará decisões automatizadas com base nos Dados Pessoais enviados.

5. Por quanto tempo reteremos seus Dados Pessoais?

Os Dados Pessoais podem ser retidos no Sistema de Denúncia de Irregularidades durante o tempo que for necessário para a realização e a conclusão da investigação interna, da avaliação dos fatos e da tomada de todas as medidas e ações necessárias e, em qualquer caso, serão excluídos do Sistema de Denúncia de Irregularidades dentro de três meses a partir da inserção dos Dados Pessoais no sistema; no entanto, eles podem continuar a ser processados em outros sistemas por mais 18 meses, para a investigação dos fatos conforme denunciados, ou podem ser retidos como evidência do modo de funcionamento do modelo do NTT DATA EMEAL Group para a prevenção de ações ilegais.

Se, após essa avaliação, for apresentada uma ação judicial diante de um Juiz ou de qualquer outra Autoridade Pública, esses Dados Pessoais serão armazenados pelo período adicional que for necessário para a definição dessa ação judicial.

6. Quais são as tarefas das controladoras conjuntas?

A NTT DATA EMEAL atuará como ponto de contato único para sua solicitação nos termos desta política, enquanto a NTT DATA EMEAL e suas Afiliadas atuam como Controladoras conjuntas para a gestão da sua denúncia de irregularidade, de acordo com a seguinte divisão de tarefas:

NTT DATA EMEAL:

- Estabelece este Sistema de Denúncia de Irregularidades centralizado;
- Atua como ponto de contato com a Cuatrecasas (que fornece uma avaliação preliminar da denúncia de irregularidade ao Chief Compliance & Risk Officer e ao Diretor de Auditoria Interna da NTT DATA EMEAL);
- (dependendo do caso) realiza investigações internas com a cooperação da Afiliada relevante, ou decide assumir a gestão do caso e das atividades subsequentes no lugar da Afiliada relevante.
- Instrui a Cuatrecasas sobre se e quando fechar a denúncia de irregularidade relevante.

A Afiliada Relevante:

- (dependendo do caso) realiza investigações internas após o comando ser assumido pela NTT DATA EMEAL;
  Avalia e adota medidas disciplinares apropriadas, se for o caso, em conformidade com as exigências da(s) legislação(ões) trabalhista(s) local(is) e as políticas e os procedimentos da empresa. Tanto a NTT DATA EMEAL quanto a Afiliada relevante realizarão as tarefas acima em conformidade com os princípios legais aplicáveis relativos à proteção dos Dados Pessoais nos termos das disposições e exigências do Regulamento Geral de Proteção de Dados da UE 2016/679 (RGPD) e das leis locais aplicáveis de proteção de dados pessoais, na medida em que forem aplicáveis, bem como das políticas de proteção de Dados Pessoais da NTT DATA EMEAL e Afiliada(s) e, em qualquer caso, observarão e farão cumprir padrões rigorosos de prudência, continência, proporcionalidade e confidencialidade (Princípios de Processamento de Dados).

A NTT DATA EMEAL ou a Cuatrecasas, como processadora devidamente delegada, atuará como ponto de contato único para o recebimento dos seus DSRs conforme o parágrafo abaixo.

7. Quais são os seus direitos?

Se aplicável, você pode solicitar a confirmação da NTT DATA EMEAL sobre se seus Dados Pessoais estão sendo processados e, caso a resposta seja positiva, ter acesso aos Dados Pessoais e solicitar uma cópia deles. Você também pode solicitar a retificação de informações incorretas ou, se for o caso, a sua exclusão, quando, entre outas razões, os Dados Pessoais não forem mais necessários para os fins para os quais foram coletados.

Além disso, em determinadas circunstâncias, você poderá solicitar que o processamento dos seus Dados Pessoais seja restringido ou contestar o processamento dos seus Dados Pessoais.

Para exercer os direitos mencionados acima, você deve escrever para a NTT DATA EMEAL indicando claramente o direito que deseja exercer, para um dos seguintes endereços da Cuatrecasas:

- Departamento de Corporate Compliance de Cuatrecasas,
  Calle Almagro, 9, CP 28010, Madrid
- canaldenuncias.everis@cuatrecasas.com

Por fim, esteja ciente do seu direito de entrar em contato com o Diretor de Proteção de Dados da NTT DATA EMEAL em emeal.data.protection@nttdata.com.

Anexo 1

gen-ius dms GmbH
NTT DATA Europe & Latam Finance, S.L.U.
NTT DATA Deutschland GmbH
NTT DATA Argentina, S.A.
NTT DATA Belgique SPRL
NTT DATA Brasil Consultoria de Negócios e Tecnologia da Informação Ltda.
NTT DATA Brasil Operações Ltda.
Lean Grids Services Chile, SPA
NTT DATA Chile BPO Servicios Profesionales, Técnicos y Tecnológicos, Limitada
NTT DATA Chile Centers, Limitada
NTT DATA Chile Training, Limitada
NTT DATA Chile, S.A.
NTT DATA Latam Centers, Limitada
NTT DATA Colombia BPO, S.A.S.
NTT DATA Colombia, S.A.S.
Aplicaciones de Simulación Simtec, S.L.
ARILION, S.L.U.
BILLIB, S.L.U.
Cetel Ingeniería de Sistemas, S.L.U.
Everis Aeroespacial y Defensa, S.L.U.
NTT DATA Europe & Latam Green Engineering, S.L.U.
Everis Initiatives, S.L.U.
Everis Mobile, S.L.U.
NTT DATA Spain Sistemas de Seguridad, S.L.U.

Fit Inversión en Talento, S.A.U.
Ideals Innovation & Technology Venturing Services, S.L.
Lean Grids Services, S.L.
NTT DATA Spain BPO, S.L.U.
NTT DATA Spain Centers, S.L.U.
NTT DATA Spain Infrastructures Engineering, S.L.U.
NTT DATA Spain Infrastructures Operations, S.L.U.
NTT DATA Spain Soluciones Tecnológicas S.L.U.
NTT DATA Spain, S.L.U.
NTT DATA Europe & Latam Centers, S.L.U.
NTT DATA Europe & Latam, S.L.U.
NTT DATA Europe & Latam, Branch in USA, Inc
Everis Italia, Spa
NTT DATA Italia SpA
Sistemas de Control Remoto, S.L.
NTT DATA Morocco Centers, S.A.R.L.
NTT DATA México BPO, S. de R.L. de C.V.
NTT DATA México S. de R.L. de C.V.
NTT DATA Perú BPO, S.A.C.
NTT DATA Perú, S.A.C.
NTT DATA Portugal Centers, Unipessoal Lda. NTT DATA Portugal Outsourcing de Processos, Sociedade Unipessoal, Lda.
NTT DATA Portugal, S.A.
BPXNet, Limited
NTT DATA EMEA Ltd.
NTT DATA UK Ltd.
NTT DATA Romania S.A.

Everis consultancy, Limited
Everpross, S.L.U.
NTT Data Croatia d.o.o.
IFI Solution Company Ltd.
Keane Pension Trustees Limited
NTT DATA Romania, S.A., Filial na Sérvia
NTT DATA Deutschland GmbH, Filial de Zurique
NTT DATA Deutschland GmbH, Filial de Berna
NTT DATA Deutschland GmbH, Filial na Áustria
NTT DATA UK Ltd., Filial na Irlanda
NTT DATA UK Ltd., Filial na Holanda
NTT DATA Spain, S.L.U., Filial na Holanda
NTT DATA Spain, S.L.U., Filial em Luxemburgo
NTT DATA Spain, S.L.U., Filial na Bélgica
NTT DATA Spain, S.L.U., Filial na França
NTT DATA Spain, S.L.U., Filial na Colômbia
NTT DATA Spain, S.L.U., Filial na Suíça
NTT DATA Perú, S.A.C., Filial no Equador
NTT DATA Spain BPO, S.L.U., Filial no Peru
NTT DATA BELGIQUE SRL FILIAL NA GRÉCIA
NTT DATA Romania SA, Filial no Turcomenistão

Anexo 2

PAÍS	***Categorias especiais de dados pessoais*** ***BASES LEGAIS DE PROCESSAMENTO NOS TERMOS DO ART. 9 DO RGPD E DAS LEIS LOCAIS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS APLICÁVEIS*** ***Obs.***: bases legais nos termos do artigo 9 do RGPD: a) o titular dos dados deu consentimento explícito para o processamento dos dados pessoais; b) o processamento é necessário para fins de realização das obrigações e exercício dos direitos específicos da Controladora ou do titular dos dados no campo das leis trabalhistas, previdenciárias e de proteção social; c) o processamento se relaciona aos dados pessoais manifestadamente divulgados pelo titular dos dados; d) o processamento é necessário para o estabelecimento, o exercício ou a defesa de ações legais ou sempre que houver tribunais atuando na sua capacidade judiciária; e) o processamento é necessário por razões de interesse público substancial.	***Infrações e condenações penais ou medidas de segurança relacionadas*** ***BASES LEGAIS DE PROCESSAMENTO NOS TERMOS DO ART. 10 DO RGPD E DAS LEIS LOCAIS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS APLICÁVEIS*** ***Obs.***: bases legais nos termos do artigo 10 do RGPD: o processamento é autorizado pela legislação da UE ou do Estado-membro.
Andorra		
Argentina		
Áustria	Não há nenhuma legislação e/ou orientação adicional para o processamento de dados pessoais nos termos dos artigos 9 e 10 do RGPD.	
Bélgica		
Brasil		
Bulgária		
Chile		
Colômbia		
Croácia		
Equador		
França		
Alemanha	**Exercer direitos ou cumprir obrigações legais** nos termos da legislação trabalhista, da legislação previdenciária e da legislação de proteção social (seção 26 (3) sentença 1 da Lei Federal de Proteção de Dados (Bundesdatenschutzgesetz - BDSG)).	**Revelar a suposta infração penal** conforme notificado pela denúncia de irregularidade (Seção 26 (1) sentença 2 da Lei Federal de Proteção de Dados (Bundesdatenschutzgesetz - BDSG)).
Grécia		
Irlanda		
Itália	De acordo com o Artigo 2-septies do Decreto-Lei 196/2003, o processamento de categorias especiais de dados pessoais deve estar em conformidade com as salvaguardas a serem definidas pela Autoridade Italiana de Proteção de Dados (AIPD) em uma disposição específica.	Os interesses legítimos de **exercer os direitos da empresa perante a Corte** ou de **evitar sua responsabilização** nos termos do Decreto-Lei Italiano 231/2001, bem como seu dever vinculante de cumprir com obrigações legais.

	Atualmente, essa disposição ainda não foi adotada e, portanto, algumas condições identificadas pela AIPD antes da "Autorização Geral" do RGPD (conforme especificado na disposição da AIPD emitida em 5 de junho de 2019 de acordo com o art. 21, par. 1 do Decreto-Lei nº 101 de 10 de agosto de 2018, sobre o processamento de categorias especiais de dados pessoais) permanecem aplicáveis e podem legitimar determinadas atividades de processamento de dados. Entre elas, estão o **cumprimento de obrigações legais ou o exercício ou a defesa de um direito** perante a Corte ou **a proteção da vida ou da segurança** dos trabalhadores ou de terceiros. Se houver categorias especiais de dados pessoais incluídas nas denúncias, isso é para evitar a **responsabilidade da empresa** de acordo com o Decreto-Lei 231/2001.	
Luxemburgo		
México		
Marrocos		
Holanda		
Panamá		
Peru		
Polônia		
Portugal		
Romênia	Serão aplicadas as regras do RGPD, pois não há uma legislação nacional específica ou qualquer recomendação/orientação por parte da autoridade romena de proteção de dados (ANSPDCP - Autoridade Nacional de Supervisão para o Processamento de Dados Pessoais) sobre essa questão.	
Sérvia		
África do Sul		
Espanha	• **Cumprir a obrigação de tratar e investigar a denúncia de irregularidade** (Lei Orgânica 10/1995 de 23 de novembro e Código Penal); • **Proteger os interesses públicos** (nos termos estabelecidos no Artigo 6.1.e do Regulamento da UE 2016/679 e conforme definido no Artigo 24 da Lei Orgânica 3/2018 de 5 de dezembro sobre a Proteção de Dados e a Garantia dos Direitos Digitais, que consistem na criação e na manutenção de um sistema de informações sobre reclamações internas e a investigação de possíveis irregularidades ou atos contrários à moralidade, à lei ou às normas corporativas da empresa).	
Suíça	Nos termos do artigo 13 da Lei Federal sobre a Proteção de Dados de 19 de junho de 1992 (LFPD), as bases legais para o processamento podem ser (i) o consentimento do titular dos dados, (ii) uma disposição legal ou (iii) a ultrapassagem dos interesses privados ou públicos, como: • **Cumprir as obrigações legais** de se ter um sistema de denúncia de irregularidades em vigor; • **Prevenir atos criminosos** cometidos dentro ou contra a empresa; • **Proteger a saúde e a segurança** dos funcionários e outros indivíduos pelos quais a empresa é ou pode ser responsável; • **Evitar o assédio, o mobbing e similares** contra os funcionários e outros indivíduos pelos quais a empresa é ou pode ser responsável; • **Evitar infrações de políticas internas ou obrigações contratuais**.	
Turcomenistão		

Reino Unido	• Cumprir uma **obrigação legal trabalhista** (como assegurar a segurança e a saúde no trabalho, a proteção contra a discriminação ou outros, em alinhamento com o dever de assistência do empregador) nos termos do Art 9(2)(b) do Regulamento Geral de Proteção de Dados do Reino Unido (UK GDPR)); • **Estabelecer, exercer ou defender os direitos legais** nos termos do Art 9(2)(f), caso alguém alegue que um direito legal foi infringido ou uma reivindicação foi feita, ameaçada ou, de qualquer outro modo, significativamente aludida; • Se houver **preocupações sobre a saúde** de um indivíduo, para fins de avaliação da capacidade de trabalho de um funcionário, nos termos do Art 9(2)(h) UK GDPR; • Se o processamento for necessário no **interesse substancial do público** nos termos do Art 9(2)(g) UK GDPR (geralmente com relação à discriminação racial e/ou à saúde pública); ou • Em casos graves, **proteger os interesses vitais de um indivíduo específico** (Art 9(2)(c)) UK GDPR.	• **Evitar e/ou detectar atos ilegais** (parágrafo 10, Quadro 1, Parte 2 da Lei de Proteção de Dados do Reino Unido de 2018 (DPA)); • **Proteger o público contra a desonestidade** (inclusive a negligência ou outras condutas impróprias graves) (parágrafo 11, Quadro 1, Parte 2 da DPA); • Necessário para a **administração da justiça** (parágrafo 7, Quadro 1, Parte 2 da DPA); • **Prevenir fraudes** (parágrafo 14, Quadro 1, Parte 2 da DPA).
EUA		
Vietnã		